

MP do cigarro é aprovada sem veto a bebidas

Pressão do governo tirou do texto restrição a propaganda de álcool na TV

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de conversão da Medida Provisória 118, sobre a propaganda de cigarros. O texto do relator Miguel de Souza (PL-RO) foi alterado em dois pontos. O principal deles, a queda da restrição da propaganda de bebidas de qualquer graduação alcoólica na TV entre 21 e 6 horas, satisfaz o governo. O Executivo temia seu efeito sobre o setor – o mercado de bebidas gira por ano R\$ 21 bilhões, dos quais R\$ 8 bilhões em cerveja –, mas também sobre empresas de rádio e televisão, que perderiam um de seus principais anunciantes.

Outra mudança refere-se ao prazo para as regras da propaganda. Em vez de julho de 2005, como previa a MP, o prazo mudou para setembro do mesmo ano. A mudança foi feita a pedido da bancada do PFL, para garantir a realização da prova do Campeonato de Motovelocidade no Rio. O projeto será analisado pelo Senado.

A aprovação ocorreu depois de um acordo entre o PT e demais partidos, exceto o PSDB. O governo preferia a votação do texto original da MP a ver aprovada as alterações sugeridas na propaganda do álcool.

NOVAS REGRAS



- Propaganda de cigarro em eventos esportivos internacionais está liberada até setembro de 2005
- Durante transmissão ou retransmissão pela TV de eventos esportivos com patrocínio de cigarros devem ser exibidas mensagens de advertência escrita e falada sobre os males do fumo. A exibição deve ocorrer a cada 15 minutos
- Fica proibida a venda de cigarros em estabelecimentos de ensino e de saúde e em órgãos e entidades da administração pública
- Fica proibida a venda de cigarros a menores de 18 anos

Durante a audiência, o ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, defendeu a edição da MP, afirmando que, sem ela, o País corria risco de ser excluído do calendário da Fórmula 1. Em 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso também teve de ceder à indústria, que ameaçava suspender o Grande Prêmio do Brasil caso a proposta vetasse de imediato o patrocínio do setor

tabagista, como queria o ministro da Saúde, José Serra. Por causa disso, o projeto foi aprovado, na época, com carência, que venceu agora em 2003.

ACERTO
ENTRE
PARTIDOS
EXCLUI PSDB